



# Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i2>

ISSN 2177-2940  
(Online)

ISSN 1415-9945  
(Impresso)

## Arquivos e reconstrução de trajetórias de vida: a dimensão transnacional e transcultural dos exílios

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i2.39524>

Heloisa Helena de Jesus Paulo

Investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Universidade de Coimbra.  
[heloisapaulo25@gmail.com](mailto:heloisapaulo25@gmail.com)

### Palavras Chave:

Arquivos; Exílios;  
Redes;  
Transnacionalismo

### Keywords:

Files; Exiles; Networks;  
Transnationalism

### Palabras clave:

Archivos; Exílios;  
Redes;  
Transnacionalismo

### Resumo

O texto pretende debater o problema da investigação do historiador a partir dos arquivos particulares, trabalhar as dificuldades da reconstrução de trajetos políticos dos exilados nos países de acolhimento e analisar os caminhos a percorrer pelo historiador na sua pesquisa a respeito das redes de contacto dos exilados. Tomaremos por base a pesquisa realizada sobre os exilados portugueses republicanos em Espanha e no Brasil.

### Abstract

**Files and reconstruction of life histories: the dimension transnational and transcultural the exiles**

This paper intends to debate the historian's problems regarding private archives and exiles. It deals with the difficulties of reconstructing the political roots of the exiles in their host countries and analyses the ways the historian must work in order to reconstruct the networks among the exiles. The article is based on research about the Portuguese Republican exiles in Spain and Brazil.

### Resumen

**Los archivos y la reconstrucción de historias de vida: la dimensión transnacional y transcultural de los exílios**

El texto se propone discutir problema de investigación del historiador de los archivos privados. Trabajar las dificultades de la reconstrucción de caminos políticos de los exiliados en los países de acogida. Analizar las rutas a seguir por el historiador en su investigación sobre las redes de contacto de los exiliados. Tomamos por base la investigación llevada a cabo sobre los republicanos exiliados portugueses en España y Brasil

Artigo recebido em 01/03/2017. Aprovado em 20/04/2017

O presente texto é uma transcrição de comunicação proferida por mim durante o I Simpósio Historiografias, Memórias, Personagens, ocorrido na UNESP, Campus de Assis (SP), entre os dias 27 e 28 de agosto de 2015, realizada com apoio da CAPES

[...] a História tem montanhas de ramos e há um que é fundamental: ouvir os depoimentos e o estabelecimento dos factos para depois se poder interpretá-la melhor. A História contemporânea é a mais incómoda porque os atores estão vivos, tem as famílias e todos querem ficar bem no retrato. Esse retrato tem pontos negros de um lado e pontos brancos de outro, portanto, não é muito fácil traçar uma linha divisória onde de um lado fica o bom e do outro lado está o mal. A História não é assim, nem a vida é assim. (Entrevista ao historiador António Borges Coelho, *Diário de Notícias*, de Lisboa, 17 de agosto de 2015)

## 1. Arquivos tratados na primeira pessoa e a relação entre historiadores e arquivos.

Há uma certa “mística” para quem lida com arquivos, seja ele um historiador de formação ou um especialista de arquivologia, já que o fascínio pela “descodificação” dos documentos realça o espírito investigativo que marca ambas as profissões. No entanto, o documento há muito que deixou de ser o registo em papel, formal visão de uma historiografia que remonta ao início da investigação histórica. A própria noção de “arquivo” sofreu mudanças, passando a englobar materiais antes considerados “menores”, desde a fotografia até o mero cartão de apresentação pessoal. Com isto, a atracção torna-se cada vez mais alargada e a vinculação entre o arquivologista e o historiador cada vez mais próxima. Em ambos os casos, os vínculos entre investigador e objecto de estudo assume uma dimensão cada vez mais personalizada, marcada por uma relação quase pessoal, forjada entre duas dimensões do tempo e do espaço.

No entanto, se ao arquivologista cabe a compreensão da dinâmica do material arquivado, ao historiador compete a função de um verdadeiro “banco de memória” (HOBSBAWN, 1998)<sup>1</sup>, e com isto, pelo menos diante da história, a sua responsabilidade se avulta, já que, na maioria das vezes, têm de ser um “duplo” de ambos, isto é, tem de vestir, em simultâneo, as duas peles...

No caso dos arquivos pessoais de personagens de vulto para a história, devemos acrescentar uma outra característica solicitada ao pesquisador: a de relações públicas, já que é necessária uma certa diplomacia para ter acesso à documentação que tanto é considerada pelos seus possuidores como “preciosidade pessoal” ou como lixo a ser descartado na próxima limpeza da casa<sup>2</sup>. Em ambos os casos, o processo de aproximação, contacto e catalogação do material é longo, demorado e marcado por cuidados com a sensibilidade alheia.

Neste sentido, o documento político torna-se muito mais “comprometedor”, já que pode induzir os familiares detentores da documentação a posições consideradas actualmente erróneas ou condenáveis. E se o documento em si pode ser uma ameaça, o depoimento pode ser considerado sinónimo de “glória” ou de “ruína”. Obter um depoimento oral, para além de todo o cuidado recomendado pelos especialistas ao pesquisador<sup>3</sup>, é um trabalho de persuasão que não deve pretender resultados imediatos, mas sim inúmeros contactos antes da gravação de algum tipo de narrativa. Para além destes “cuidados”, é primordial que se assegure ao depoente ou à família o controlo do que é passível ou não de divulgação ao público.

<sup>1</sup> HOBSBAWN, *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras 1998, p. 37.

<sup>2</sup> Infelizmente, este é o caso de uma grande maioria das famílias de emigrantes, sejam exilados políticos ou não, que, pelo distanciamento e, por vezes, desconhecimento da história do país de origem dos seus parentes “ilustres”, olham os seus arquivos como uma espécie de estorvo.

<sup>3</sup> São inúmeros os trabalhos a respeito da chamada “história oral”. Ver, entre outros MEIHY, J.C.S.B.. *Manual de história oral*. 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1998.

No caso dos exilados, acrescenta-se ao quadro de dificuldades, os entraves na localização dos arquivos. O exílio é a categoria errante que mais compromete a documentação pessoal, apesar de ser igualmente a que mais favorece a formação de laços e vínculos externos à comunidade dos exilados. A sua condição de transnacional (PORTES, 2001) amplia a possibilidade de localização de fontes acerca do exilado e a sua vida no país de acolhimento. Assim sendo, todas as ligações realizadas pelos grupos de exilados no exterior permanecem registadas em outros arquivos, ampliando a possibilidade de uma análise mais profunda sobre as suas acções no exterior.

Neste cruzamento de documentos temos a história e a memória dos exílios, fruto de marcas deixadas por e em realidades distintas. Traçar a trajetórias de exilados é cruzar histórias e culturas diversas, nas quais os arquivos pessoais são somente um ponto de partida, mas fundamental para a busca a ser empreendida.

## **2. Arquivos, redes e o trabalho a ser desenvolvido pelo historiador.**

O exílio também é uma migração forçada e, como tal, os pontos comuns que existem entre emigrantes e exilados servem de parâmetro para o historiador. No caso dos chamados “emigrantes económicos” é clara a sua dependência dos núcleos já estabelecidos nos países de acolhimento. É através deles que irão encontrar trabalho e abrigo temporário. As “cartas de chamada”, emitidas por “patrícios”, são uma espécie de salvo-conduto para terem entrada e acesso ao trabalho nos países que os irão acolher. Fica clara a existência de uma teia de contactos, ou rede de interações, na qual o “candidato” à emigração gradativamente vai sendo enquadrado. No caso dos exilados, tais laços também existem e não se limitam à cooperação política ou à similaridade ideológica. Para além do “amparo político”, o contacto de exilados com grupos próximos ideologicamente fixados nos países de acolhimento funciona

também como uma espécie de “carta de chamada”, possibilitando a sua inserção no “mundo do trabalho” garantindo a sua sobrevivência. É através dos núcleos de antigos exilados ou emigrados políticos, ou ainda, dos contactos realizados anteriormente com os membros da sociedade acolhedora que lhes são próximos em termos ideológicos, que os exilados conseguem meios para partir e para sobreviver nos países de acolhimento. Tal como os emigrantes se integram no meio económico local dominado pelos seus compatriotas, os exilados/emigrados políticos participam de sociedades no comércio ou industriais criadas por antigos emigrados políticos ou, ainda, têm facilitado o acesso às actividades que lhe garantem a sobrevivência graças as ingerências aos apoios de simpatizantes políticos do país de acolhimento. É o caso de alguns jornais brasileiros nos anos 40 que, por influência dos seus redatores, abrem as portas para os exilados portugueses (PAULO, 2007).

Por outro lado, se a ida para um país de acolhimento implica laços pré-estabelecidos, o transnacionalismo de emigrantes e exilados amplia o universo de contactos estabelecidos e reforçam a identidades destes, enquanto nacionais ou defensores de um posicionamento político. Associações, periódicos, comemorações fomentam instrumentos de sociabilidade e criam laços internos entre indivíduos que, em comum, podem apenas possuir a língua e a noção de pertença a um espaço nacional. Não são mais apenas trabalhadores ou empresários estrangeiros vinculados a uma parcela do “mundo do trabalho”. Eles aparecem como um grupo coeso frente à sociedade receptora, reconhecidos legalmente, em alguns casos, pela presença dos seus filhos, já considerados “nacionais” e que garantem a legitimidade das associações, conforme a legislação de alguns países de acolhimento. A partir daí, estabelecem outros vínculos com diferentes grupos da sociedade local, forjando redes de interação que se tornam

mais complexas com o passar dos anos e o aparecimento de novas gerações nascidas no país de acolhimento. No caso dos exilados, para além destes fatores, a crença em determinados princípios políticos funciona como mais um elemento de reforço da solidariedade. No caso dos republicanos portugueses exilados no Brasil, após a implantação da Ditadura Militar em 1926 e durante a vigência dos regimes de Salazar e Caetano (1930-1974), a sua vinculação com os emigrados políticos do período monárquico, vai-lhes viabilizar a continuidade da sua luta política (PAULO, 2009).

A existência de um fator exterior ao nacionalismo inerente aos emigrantes/exilados, permite a estes últimos uma ampliação do seu raio de actuação e contactos. Assim sendo, não é estranha a presença de membros da elite intelectual e política local nas associações forjadas no exílio, quer sejam estas de carácter económico ou político. Tal como os filhos dos emigrantes garantem a viabilidade jurídica de algumas associações, a existência de “testas de ferro” do país de acolhimento asseguram aos exilados o exercício de atividades formalmente interdita aos estrangeiros. É o caso da publicação de jornais ou periódicos escritos por exilados e com redatores brasileiros a partir dos anos 40. Este mesmo vínculo aparece em termos económicos, assegurando viabilidade económica para companhias mantidas por emigrados e exilados nos países de acolhimento. É o caso da Companhia Vidreira do Brasil, a Covibra, de Lúcio Thomé Feteira que tem nos seus quadros um número surpreendente de exilados, mas conta também com políticos brasileiros como sócios; é o caso de Hermes de Lima, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PAULO, 2011).

Mas, muito mais que nas comunidades emigradas, as redes formadas pelos exilados/emigrados políticos estendem-se para além das fronteiras territoriais dos países de

acolhimento, onde quer que estejam outros grupos de exilados. A necessidade de cooperação para uma luta comum, ou seja, o derrube do regime que os levou a condição de exilados gera toda a forma de contacto entre os mais diferentes grupos, estejam eles em França, Espanha, Brasil, Estados Unidos.... Esta verdadeira “internacionalização” é gerada pela dispersão própria dos exilados e a necessidade de manterem um contacto permanente para a continuidade da sua luta política. Em 1934, quando a Polícia Espanhola prende portugueses implicados no caso do contrabando de armas para a Revolta dos Mineiros das Astúrias, entre o material apreendido a um dos implicados, António Silva, está uma caderneta com direcções na qual vemos o endereço e contactos dos membros do Centro Republicano Dr. Afonso Costa no Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

No entanto, ao contrário destas redes forjadas internamente por exilados, os vínculos mantidos no exílio guardam a fragilidade própria inerente aos movimentos políticos. Assim como a instabilidade económica leva a emigração ou é responsável pelo retorno ao país de origem, a desestabilização política reforça ou destrói os laços contraídos. Esta “instabilidade” deve ser detectada pelo historiador através do conhecimento e do estudo detalhado da conjuntura vivenciada pelos exilados no país de acolhimento. Neste sentido, a história das redes emigratórias contempla duas histórias nacionais, que compreende espaços e tempos diferenciados. Tal como o emigrante ou o exilado, o historiador também deve ter a habilidade de trabalhar com dois, ou mais, contextos distintos.

### **3. Um exemplo de redes: republicanos portugueses em Espanha (1931-1939).**

Tomemos como exemplo da complexidade das redes, o caso dos republicanos portugueses em Espanha durante o período

<sup>4</sup> Arquivo General de la Administración. Fondo Justicia, 34-1/ 43-4091, F. 93.

republicano (1931-1939). Levados pela implantação da República em Espanha, parte dos exilados portugueses vão para Madrid, fixando-se na capital espanhola. Alguns deles está reunida em torno dos “Budás”, alcunha dada ao grupo formado pelos opositores Jaime de Morais, antigo governador da Índia, Alberto Moura Pinto, ex-Ministro da Justiça e Jaime Cortesão, historiador, todos participantes das primeiras revoltas contra a Ditadura Militar. Uma vez em solo espanhol, estes exilados buscam integrar-se na sociedade espanhola, ao mesmo tempo que procuram auxílios para dar continuidade à luta contra o regime de Salazar. As verbas que partilham no exílio não lhes garantem a sobrevivência, fazendo com que alguns deles trabalhem com socialistas, como Armando Cortesão que escreve para o periódico *Leviatã*, de Luis Arisquitán, vinculado ao Partido Socialista Obrero Español, próximo ao grupo. Na verdade, o seu dirigente, Francisco Largo Caballero, é um dos elementos de contacto dos portugueses republicanos em Espanha, assim como outros nomes do PSOE, como Indalecio Prieto. Na verdade, os vínculos mantidos entre republicanos portugueses e espanhóis são reforçados em diversos momentos, sobretudo quando da eclosão da Revolta das Astúrias, em 1934, e durante a Guerra Civil. No primeiro caso, temos a colaboração portuguesa através da cedência de armas que estavam a caminho de Portugal para os revoltosos. No segundo, durante a própria Guerra Civil, quando, com a ajuda de membros do PSOE, tentam dar corpo a uma revolução em Portugal que resultasse na ajuda militar aos republicanos espanhóis.

Os laços estabelecidos são enfraquecidos com a grande Retirada em 1939. O exílio agiu como elemento de distanciamento. Mas também marca para sempre aqueles que passaram por Espanha nos anos trinta. Em 1942, o contacto entre os dois antigos aliados é retomado através de uma carta endereçada a Moura Pinto, proveniente de Bogotá. Nela, o antigo Ministro de Estado espanhol, Paulino Gómez Saiz, relata

ao português a tragédia do final da guerra civil, o terror passado na França e saída para o exílio na América. O contacto que se segue é o de Alfonso Castelao, líder do Partido Galeguista e amigo do grupo em Madrid. A sua proposta é retomar a colaboração através da formação de uma nova Galeuzca, onde Portugal seria parceiro da Galiza, Catalunha e do País Basco numa aliança contra os governos de Salazar e Franco. Razões internas ao próprio estatuto da Galeuzca, como um possível representante do governo republicano no exílio, e a situação internacional de Guerra Fria que se advinha (e que irá frustrar o plano de reconhecimento deste mesmo governo republicano) impedem o prosseguimento desta nova tentativa de acção conjunta (PAULO, 2008). Esta rede será retomada em 1961, quando um grupo de espanhóis e portugueses oposicionistas aos regimes ditatoriais ibéricos, tomam de assalto o paquete Santa Maria, realizando o primeiro sequestro político perpetrado por exilados políticos (PAULO, 2011).

Os acontecimentos assinalados são fruto de um processo de reconstrução iniciado a partir do contacto com três arquivos particulares, a saber, o de Jaime de Morais, actualmente em posse da Fundação Mário Soares; o de Alberto Moura Pinto, em posse da família, o de Armando Cortesão, em posse da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; e de arquivos oficiais portugueses, como o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e espanhóis, como o Arquivo General de la Administración, em Alcalá de Henares, ou o Centro Documental de la Memoria Histórica, em Salamanca. Na verdade, a sua reconstrução e compreensão tem sido uma espécie de desafio ao historiador. Na documentação oficial, no caso espanhol, encontramos nomes e eventos que, por vezes, são secundários no contexto dos trabalhos já desenvolvidos pela historiografia para o período, mas se tornam fundamentais para a compreensão do contexto vivenciado pelos exilados portugueses. Nos arquivos

portugueses, por outro lado, temos o relato de “espiões” e funcionários diplomáticos interessados em escrever relatórios que pudessem demonstrar ao regime a sua eficácia e a confirmação do discurso oficial. Não é incomum encontrarmos menção à presença de conspiradores judeus-comunistas, ou ainda, roubos cometidos por exilados nos países de acolhimento (PAULO, 2014)

Por outro lado, na documentação pessoal, oriunda dos arquivos particulares, confrontamo-nos com o quotidiano do exílio, com um discurso que apresenta marcas visíveis do processo de aculturação do exilado, fruto da nova realidade. Expressões relacionadas com a vivência diária no país de acolhimento transparecem no emprego de novos vocábulos e na descrição de hábitos adquiridos no exterior. A presença de metáforas e referências desconhecidas no país de origem são fruto de todo este processo de adaptação. Conhecida ou não, esta “nova vida” significa a criação de novas redes de relação e a descoberta de um “outro mundo” a ser explorado em prol da própria sobrevivência. Em alguns casos, como na Espanha Republicana, o “choque” cultural não é tão profundo e os contactos mantidos anteriormente favorecem a rápida adaptação à nova vida. O conhecimento do país por grande parte dos exilados portugueses e o convívio anterior de ambos os grupos, espanhóis e portugueses, no exílio em França ou através da troca de correspondência entre pares políticos, são fundamentais para o que exilados portugueses consigam rapidamente calcorrear os meandros da vida política daquele país.

Resta ao pesquisador reconstruir estas trajetórias e redes, recorrendo ao contexto histórico local, localizando nomes e factos, atendendo a uma espécie de micro-história que o ajude a compreender a razão dos vínculos e das metáforas constantes na documentação; a reconhecer os destinatários, muitas vezes personagens menores da história local, mas que possuem cargos que lhes permitem transitar nas

chamadas “grandes esferas”. Enfim, é preciso compreender cada detalhe do quotidiano do exilado, identificando locais e personagens para que possamos compor o retrato da sua trajetória, uma história de dupla dimensão.

#### **4. Trajetórias de exílios, encruzilhadas de vidas: redes e biografias.**

Em conclusão, diremos que há passos fundamentais para o historiador que pretende trabalhar com o exílio e, sobretudo, para aqueles que, a partir de um arquivo pessoal, pretendem reconstruir o trajecto político ou biográfico do exilado:

1. Encarar o arquivo pessoal como parte de uma história familiar que precisa ser considerada como relevante para a trajetória política do seu produtor. Em geral, familiares distantes não oferecem resistência à presença do historiador, ao contrário dos mais próximos, que tratam com zelo a documentação daqueles com quem conviveram e vivenciaram um passado comum. Sem perder o olhar crítico, o historiador deve considerar os relatos dos familiares como um elemento a pesquisar. Muitas das vezes, tais relatos não são corroborados na documentação presente nos arquivos, mas podem fornecer pistas para outros caminhos de investigação.
2. Tornar-se uma espécie de especialista em contextos históricos diferenciados, pois para compreender o discurso produzido pelos exilados, há que conhecer a história dos países de acolhimento, por vezes, a micro-história. Esta é a chave para a decodificação das suas ligações locais, do quadro das alianças estabelecidas e da definição dos critérios que marcam tal tipo de colaboração. Não basta o conhecimento do contexto histórico que os levou a sair, mas é preciso conhecer todos os outros contextos que se tornaram parte das suas trajetórias individuais. Deste conhecimento e da pesquisa em arquivos nas sociedades acolhedoras dependem o trabalho de reconstrução e compreensão das redes estabelecidas pelos

exilados.

3. Não ter medo de ir contra “mitos” estabelecidos pela memória oficial, ou mesmo, pela historiografia. Lembrar que o trabalho do historiador está distante daquele que elabora hagiografias. Por vezes, a recuperação do trajecto político de um exilado lança dúvidas a respeito do protagonismo de figuras que, sobreviventes ao regime ditatorial, conseguiram alcançar um lugar de projecção política nas sociedades de origem e acabaram por ter um lugar de relevância na história do movimento oposicionista. Quebrar saberes instituídos é função daquele que investiga e quer encontrar novos dados. Ir contra “heróis” e “mitos” forjados aquando do combate de um regime ditatorial é trabalho para quem tem coragem e dados para o fazer.

## Referências

- CENTLIVRES, Pierre; FABRE, Daniel; ZONABEND, Françoise. *La fabrique des héros*. Paris: mission du Patrimoine Ethnologique, Collection Ethologie de la France, Cahier12, 1998.
- COEURÉ, Sophie. *Archives interdites. L'histoire confisquée*. Paris: La Découverte, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1998.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus Paulo. 1961: o Assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal. *História Revista*, Goiânia, v. 16, n. 1, 2011, p. 53-80.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus Paulo. “Exilados Republicanos: os grandes esquecidos”, In: PEIXINHO, Ana Teresa; SANTOS, Clara Almeida. 1910-2010. *Comunicação e Educação Republicanas*. Coimbra: IUC, 2011.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus Paulo. A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: a presença do regime no exílio. In: II.ªs Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX, 2014, Montevideo, Anais... Montevideo: Universidad de La Plata, 2014, p. 1-11.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus. O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Revista Estudos do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS 20, n. 7, 2007, p. 61-76.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus. *Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica*”. *Revista Estudos do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS 20, n. 8, 2008, p. 87-103.
- PULO, Heloisa Helena de Jesus. O exílio português no Brasil: Os 'Budás' e a oposição antisalazarista, Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities. *Portuguese Studies Review*, v. 14, n. 2. Trent University. Peterborough: Ontario, jun. 2009, p. 125-142.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus. *Memoria y exilio: la difícil tarea de recuperar vidas olvidadas*. *Trocadero*, v.1, n. 25, Cádiz, 2013, p. 103-116.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus. Recordar é viver? Os problemas da memória e a memória como um problema para o historiador. *Revista Estudos do Século XX*. *Revista Estudos do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade/CEIS 20, n. 11, 2011, p. 121-135.
- PAULO, Heloisa. Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a Oposição. In : TORGAL, Luís Reis e PAULO, Heloisa Helena de Jesus (Orgs.). *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 376-388.
- PORTES, Alejandro. Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical. Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism. *International Migration Review*, v. 37, n 3, 2003, p. 874-892.
- PUERTA, Mariano Boza e HERRADOR, Miguel Ángel Sánchez. El Martirio de los libros: una aproximación a la destrucción bibliográfica durante la Guerra Civil. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, n.º 86- 87, 2007, p.79-95
- VENTURA, António. *Memórias da Resistência*. Lisboa: Biblioteca Museu da República e da Resistência-Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- VINÃS, Angel. *En el Combate por la Historia. La Republica, La Guerra Civil, el Franquismo*. Barcelona: Pasado e Presente, 2012